

# O PNHR E AS NECESSIDADES DO MEIO RURAL: ESTUDO DE CASOS EM ASSENTAMENTOS DE MATO GROSSO DO SUL

*Fhelippe Batista Werle (fhelippebw@hotmail.com); Andréa Naguissa Yuba (naguissa@gmail.com)*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Brazil

**Palavras chave:** habitação social, moradia, arquitetura, financiamento

*A moradia rural compreende funções e valores que a distinguem de um simples abrigo, sendo essencial para a produção rural e manutenção das famílias no campo. O meio rural sempre careceu de políticas e serviços em atendimento às suas necessidades. O Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, reformulado em 2009, passou a prever, em suas diretrizes, que os projetos das moradias considerassem as particularidades e modo de vida rural. Porém, pelo fato de estar evidente a replicação, nos empreendimentos contemplados pelo PNHR, de moradias tipicamente urbanas, esse estudo de casos, realizado em 03 Assentamentos de Mato Grosso do Sul, buscou analisar a produção de habitação rural por meio do PNHR quanto ao atendimento às necessidades das famílias contempladas. Evidenciaram-se, durante a pesquisa, incompatibilidades entre as moradias implementadas pelas Entidades Organizadoras e as reais necessidades dos beneficiários contemplados.*

## 1. INTRODUÇÃO

O direito a moradia se distingue do direito a habitação, sendo o primeiro ligado a personalidade do indivíduo e suas funções sociais, enquanto o segundo refere-se ao aspecto material da edificação (BROSLER E BERGAMASCO, 2016).

No meio rural, essa diferença se evidencia, pois a moradia serve não só como abrigo, abrangendo diversas funções, principalmente de apoio às atividades produtivas do trabalhador rural (RODRÍGUEZ, 2016), carregando valores simbólicos, ideológicos, culturais e antropológicos, apresentando importante valor para a manutenção do sistema econômico e para a sociabilidade da família em seu mundo e fora dele (SHIMBO, 2004).

A moradia rural é um elemento de fixação do homem à terra, uma prática familiar, onde trabalhar e morar constituem uma unidade espacial única, tornando-se fundamental para os territórios rurais, abrigando diversas escalas de trabalho, lazer, interação comunitária e social (SILVA, 2014), portanto não se constituindo como um elemento isolado, mas totalmente inserida no contexto do território e do grupo (DINIZ *et al.*, 2016).

Todas essas questões são refletidas nas tipologias habitacionais características do meio rural, que trazem elementos próprios desses ambientes como, por exemplo, o fogão a lenha e também a varanda, ambiente que é destinado tanto ao serviço quanto às refeições e ao convívio familiar e social (COLETTI *et al.*, 2010; CARVALHO *et al.*, 2016).

Apesar de a legislação fazer menção à moradia rural desde meados do século passado, o interesse político real sobre ela tem se mostrado inferior ao interesse sobre a situação urbana (RODRÍGUEZ, 2016).

O PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), reformulado em 2009, desde então passou a prever que os projetos considerem as características regionais, locais, climáticas e culturais da localidade (BRASIL, 2011).

No entanto, as Entidades Organizadoras (EO), responsáveis pela implementação do Programa (BRASIL, 2011), têm repetido no meio rural o mesmo modelo de moradia adotado pelo PMCMV nas cidades (CARVALHO *et al.*, 2016) e, a moradia rural fica cada vez mais distante de sua realização enquanto fruto das disponibilidades dos materiais locais, prioridades, desejos, valores familiares e características culturais (PERRIN e FERREIRA, 2016).

Esta tipificação urbana das moradias que vêm sendo implementadas pelo PNHR é atribuída às Especificações Mínimas estabelecidas pelo Programa (CARVALHO *et al.*, 2016; THEODORO *et al.*, 2016), ao valor das subvenções que se mostram insuficientes, levando à uma limitação de área edificada (PERRIN e FERREIRA, 2016; THEODORO *et al.* 2016), e também à falta de atenção por parte do Estado e até da Arquitetura e Urbanismo frente às particularidades do modo de morar no campo (LOPES *et al.*, 2016).

Por se tratar de áreas remotas e de baixa densidade, o meio rural tem maior dificuldade de acesso aos serviços e políticas públicas para o seu desenvolvimento (ROVER e MUNARINI, 2010).

### 1.1. Objetivo

O contexto apresentado conduz ao seguinte questionamento: O PNHR está, de fato, atendendo às necessidades do público rural quanto à carência por moradia?

Assim, este trabalho tem como objetivo principal analisar a produção de habitação rural por meio do PNHR quanto ao atendimento às necessidades das famílias contempladas.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa se deu por meio de um estudo de casos em três assentamentos da reforma agrária, contemplados pelo PNHR, buscando, junto às EO que implementaram os empreendimentos e aos beneficiários contemplados, verificar o atendimento das necessidades do público afetado pelos projetos implantados.

### 2.1. Definição da Amostra

A definição da amostra se deu por meio da técnica “bola de neve”, por se tratar de uma pesquisa que não busca retratar a probabilidade da seleção (VINUTO, 2014), mas cujo foco é uma questão que requer o conhecimento e a contribuição das pessoas pertencentes ao grupo estudado (BIERNACKI e WALDORF, 1981).

A Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB) assumiu o papel de “semente”, por quem se iniciou a busca pelos entrevistados, informando uma lista de contatos de Entidades Organizadoras que trabalham com o público Rural. Após tentativas de contato, priorizando EO com sede em Campo Grande, foram contatadas três EO, com as quais foram definidos os empreendimentos a serem investigados. As EO informaram contatos de lideranças locais, por meio das quais o acesso aos demais entrevistados foi facilitado. A identidade das EO e dos respondentes da pesquisa foram preservadas, sendo atribuídos nomes fictícios. Dessa forma a amostra ficou definida conforme demonstrado na Figura 1.

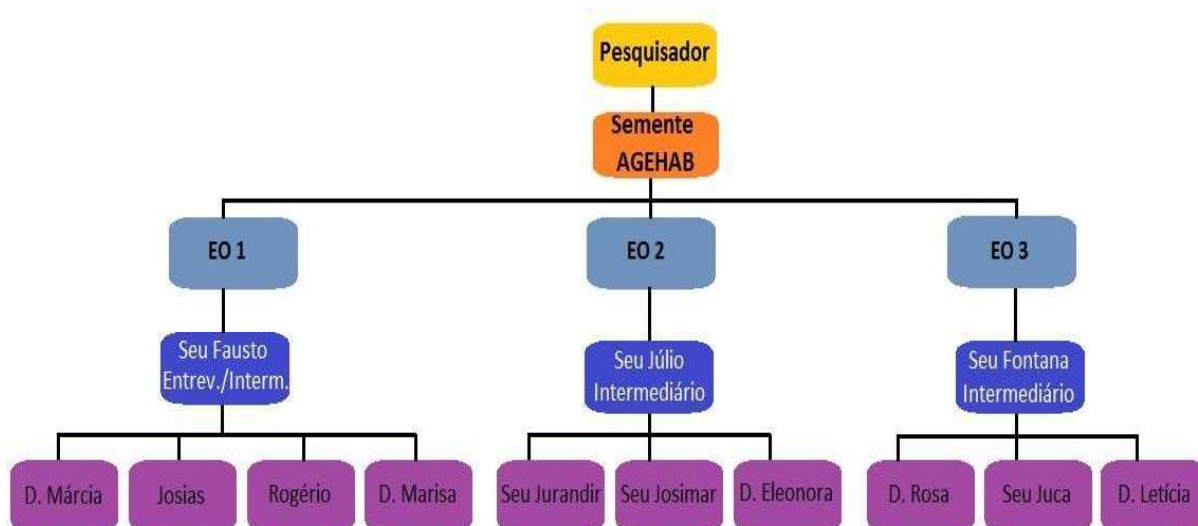


Figura 41. Organograma dos contatos acionados para a elaboração das entrevistas

Foram selecionados três Assentamentos da Reforma Agrária com famílias enquadradas na faixa de renda do Grupo 1, contemplados pelo PNHR atual (a partir de 2009), em localização que permitisse o deslocamento e a realização das entrevistas em um único dia por assentamento, sendo então selecionados:

- Assentamento Ouro Branco, localizado no Município de Terenos – MS, no qual a EO1 atuou na produção de habitação para um grupo de 20 famílias com início das atividades em janeiro de 2015 e conclusão em dezembro de 2016;
- Assentamento Nazareth, localizado na área rural do município de Sidrolândia – MS, onde 18 moradias foram produzidas por meio da atuação da EO2 entre junho de 2016 e setembro de 2017;
- Assentamento Indaiá, situado no Município de Aquidauana – MS, contendo 35 famílias que foram atendidas pela EO3 na produção de suas moradias, no período entre junho de 2015 e março de 2018.

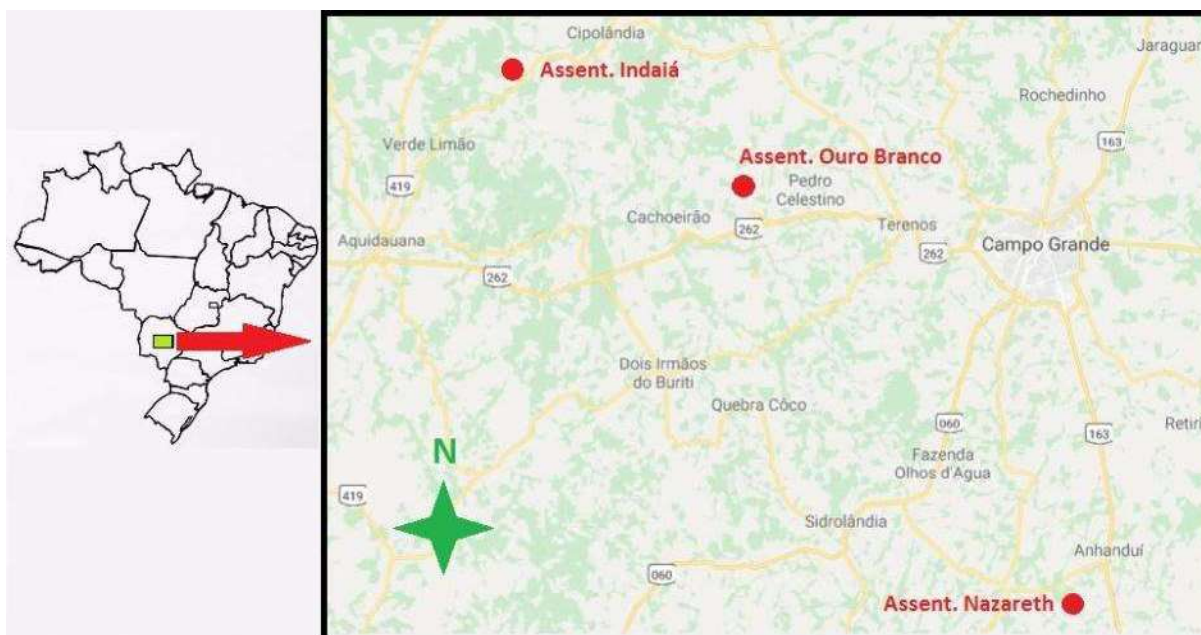


Figura 42. Localização dos empreendimentos estudados em relação à Campo Grande-MS

Foram coletados dados por meio de investigação documental sobre os projetos fornecidos pelas EO e as Especificações Mínimas estabelecidas pelo PNHR, permitindo a comparação

entre os empreendimentos implementados. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas aos beneficiários dos três empreendimentos selecionados, realizando também observação com registros fotográficos dos sítios e moradias produzidas, buscando identificar as necessidades não atendidas pelos respectivos projetos.

## 2.2 Método de análise

Os dados foram analisados por meio do método chamado Análise de Conteúdo (AC), que se trata de um conjunto de técnicas de análise que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos para investigar e descrever o conteúdo das mensagens, por meio de inferência a partir de conhecimentos teóricos e recorrendo a indicadores, quantitativos ou não (BARDIN, 1977). Assim, a AC mostra-se apropriada a análises qualitativas (MOZZATO e GRZYBOVSKI, 2011).

A aplicação da AC divide-se em três fases: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados (BARDIN, 1977). Portanto, na pré-análise é definido o material a ser investigado, do qual são extraídas e categorizadas as informações a serem analisadas, de forma que passem a representar indicadores para a fase seguinte. Na fase de exploração do material é feita a verificação sobre o que os indicadores elucidam a respeito do problema da pesquisa, dados estes que, na fase de tratamento dos resultados, são analisados por meio de inferências, onde dialoga-se com os mesmos assegurando-se no embasamento teórico, permitindo as interpretações.

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla que visa analisar todo o processo de implementação do PNHR, incluindo a fase de elaboração de projeto, execução do trabalho social com a capacitação dos beneficiários, a construção das moradias, até a avaliação dos empreendimentos, as quais se subdividem em diferentes categorias de análise. Portanto, considerando que os projetos devem prever compatibilidade com as características regionais, locais, climáticas e culturais da localidade, possibilitando melhor adequação das moradias às necessidades e modo de vida do público rural, de todo o material coletado para a pesquisa supracitada, selecionou-se para essa análise o conteúdo correspondente à categoria **atendimento às necessidades dos beneficiários**, conforme demonstrado na Tabela 1.

DOCUMENTOS	INFORMAÇÕES
Entrevista Beneficiários	Como é constituída a família
	Que infraestrutura (construções, etc...) vai ser necessária pra ter sucesso nas atividades da propriedade?
	O que você acha da casa nova? (é confortável? O que tem de bom e de ruim? atende as necessidades da família?)
	Pretende aumentar (ampliar) a casa? Que ampliações pretende fazer?
Entrevista EO	Se não houver nenhum programa do governo pra ampliação ou reforma da casa, de que forma você vai tentar fazer?
	Como a EO trabalhou a valorização das características regionais, climáticas e culturais da localidade?
Projetos	Na visão da EO, até que ponto as famílias beneficiadas tiveram suas necessidades atendidas pelo projeto?
	Área construída
	Tipologia (forma e função)
Especificações Mínimas	Previsão ampliação
	Diretrizes para elaboração do Projeto
Registros fotográficos	Situação pós ocupação dos sítios e moradias

Tabela 13. Material preparado para a análise

## 3. ANÁLISE SOBRE O ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DOS BENEFICIÁRIOS

Os dados brutos extraídos dos documentos analisados foram codificados, categorizados e transformados em uma representação do conteúdo investigado. A partir desses indicadores resultantes, busca-se nesse capítulo discutir sobre o atendimento por parte da moradia às necessidades dos beneficiários que com ela foram contemplados.

As Especificações Técnicas Mínimas estabelecidas pelo Ministério das Cidades, apesar de determinar a área útil mínima da edificação em 36m<sup>2</sup> (sem computar a área de serviço), não estipula a área mínima de cada cômodo, mas prevê o mobiliário mínimo a ser respeitado pelos projetistas.

Para dormitórios, cozinha e área de serviço, o instrumento indica as dimensões mínimas da mobília e da circulação entre os móveis, porém para a sala, apenas ordena que seja previsto sofá com número de assentos equivalente ao número de leitos da residência e mesa de jantar com espaço para quatro pessoas.

As dimensões mínimas estabelecidas para o mobiliário mostram-se diminutas, assim como os espaços para circulação. Para o módulo de manobra para pessoas com deficiência (PCD), obrigatório em todos os cômodos, não é exigido que tenha possibilidade de deslocamento com rotação em 180°.

O instrumento determina também um padrão mínimo de qualidade dos materiais a serem aplicados na edificação, como tipo de esquadrias, cobertura, revestimentos, pé-direito mínimo, instalação elétrica e hidráulica mínimas.

Ao analisar as plantas das moradias implementadas nos três empreendimentos investigados (Figura 3), verificou-se que ambos superaram a área útil mínima estabelecida pelo PNHR. Nota-se uma diferença considerável entre as áreas dos três projetos, sobretudo comparando os projetos implementados pela EO2 e pela EO3, resultando em uma diferença de área suficiente para se projetar mais um cômodo.

No entanto, apesar dessa diferença de área, as edificações apresentam tipologia semelhante, com quartos em um dos lados da edificação, separados por um banheiro, enquanto sala, cozinha e área de serviço são dispostos do outro lado.



Figura 43. Projetos implementados nos empreendimentos estudados. (EO entrevistadas)

Quando questionados quanto à valorização das características regionais, climáticas e culturais da localidade, as EO disseram não terem levado em consideração para os projetos, devido ao recurso limitado e ao fato de as próprias Especificações Técnicas não permitir. As EO, porém, relataram crer que as famílias tiveram suas necessidades atendidas, haja visto que o objetivo era uma casa com qualidade.

Analisando, tanto as Especificações Técnicas Mínimas estabelecidas pelo PNHR, quanto à percepção das EO, nota-se que prevalece a preocupação pelo atendimento à demanda por habitação, atentando-se qualitativamente apenas para os aspectos materiais da edificação. Dessa forma, não têm sido consideradas as particularidades que envolvem o meio rural em função da relação dos usuários com suas atividades produtivas, formas de sociabilidade,

modos de vida, e toda a complexidade desse meio, que tem a moradia como elemento fundamental.

As famílias dos beneficiários entrevistados são compostas por número de membros que varia entre duas e cinco pessoas, enquanto as moradias apresentam capacidade máxima de leitos para quatro ocupantes, atendendo somente ao mínimo estabelecido pelo programa.

Os beneficiários qualificaram as moradias com as quais foram contemplados como boas, porém, fizeram isso, comparando-as aos barracos em que viviam anteriormente e atribuíram essa qualidade ao fato de as casas possuírem forro, piso bom, se manterem limpa. No entanto, ao mesmo tempo, queixaram-se do tamanho diminuto e da ausência de elementos essenciais ao seu modo de vida como, por exemplo, a varanda.

Pra mim ela é tudo de bom, difícil era tá no barraco de lona (Seu Jurandir).

[...] muitas pessoas acham pequena, mas pra quem morava em barraco é boa, é só ir aprimorando (Seu Fausto).

[...] Ah é confortável, ajuda muito. A gente trabalha o dia todo e chega em uma casa confortável [...]. De ruim que ela não é avarandada, se pudesse rodear de varanda, o sol aqui é muito quente (Seu Josias).

É boa, mais limpinha, piso bom, banheiro grande. Com o tempo a gente vai mudar as portas e enquanto não tem varanda entra água [...] (Dona Letícia).

Visando identificar, de maneira mais precisa, junto aos beneficiários entrevistados, as necessidades não atendidas pelos projetos, essa pesquisa buscou verificar quais suas pretensões de ampliações das moradias. Assim, evidenciou-se preponderantemente a necessidade da varanda, cozinha dotada de fogão a lenha e com dimensões maiores, um terceiro dormitório por parte das famílias maiores e, alguns respondentes demonstraram o desejo por um segundo banheiro.

[...] quero fazer uma varanda e cozinha com fogão à lenha aqui (indicando o local da varanda improvisada onde estávamos sentados e realizam-se as refeições), e ali onde hoje ta a cozinha caipira (feita de chão batido, paredes e telhados de fibrocimento) quero fazer mais um quarto (Seu Fausto).

[...] onde é cozinha vai virar sala. Eu tenho ideia de fazer a varanda que não tem, quando chove a água bate na porta e vai pra dentro de casa, fazer a cozinha bem ampla com fogão caipira, mais um quarto e um banheiro (Dona Rosa).

Observando os sítios e as moradias, foi constatado que algumas famílias, já vêm buscando realizar adequações, construindo varandas, cozinhas, fogões a lenha, ainda que de maneira precária e até insalubre, com material restante dos antigos barracos, ou ainda mantendo os barracos ou parte deles, na intenção de suprir suas necessidades não atendidas pelo PNHR.



Figura 44. Adequações precárias e barracos mantidos pelos beneficiários

É, também, exigido pelo programa que seja prevista solução de ampliação da moradia. Logo, se o recurso limitado dificulta o atendimento imediato às necessidades dos beneficiários, caberia as EO prever soluções que permitam, sem dificuldade, o seu atendimento posterior. Assim, as três EO apresentaram propostas distintas:

A EO1 apresentou duas propostas de ampliação (Figura 5), sendo a primeira opção composta por mais uma sala e um terceiro dormitório, ambos a frente da edificação existente. A segunda alternativa propõe a ampliação da área de serviço lateralmente à cozinha e com largura de 1,50m, a construção de uma varanda pequena contornando a sala existente, também com largura de 1,50m, e ainda um terceiro dormitório com acesso direto pela sala existente, comprometendo ainda mais a funcionalidade já limitada desse cômodo.

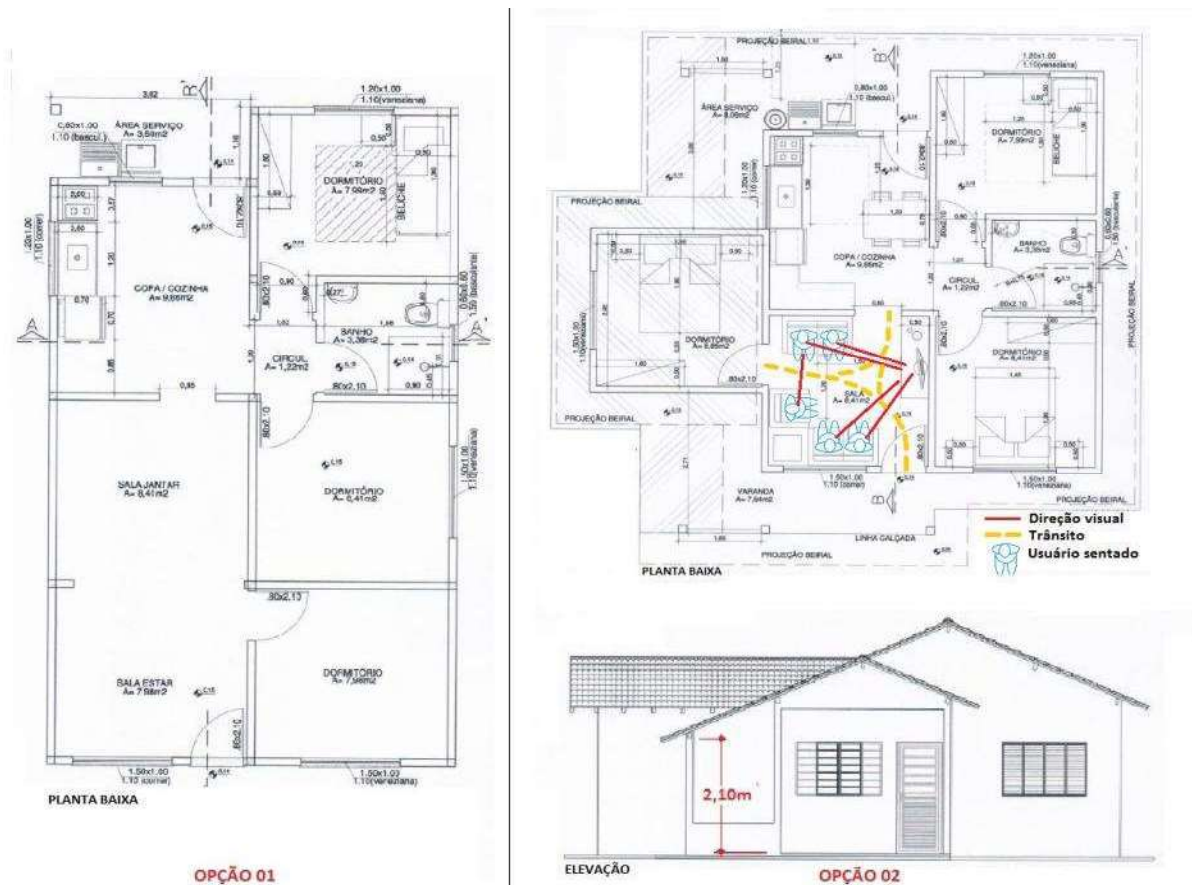


Figura 45. Propostas de ampliação elaborada pela EO1

Para concretizar a segunda alternativa, seria necessário remover parte da cobertura da moradia existente e, ainda assim, o pé-direito na extremidade da varanda ficaria com apenas 2,10m, conforme demonstrado na Figura 5.

A única proposta de ampliação apresentada pela EO2 (Figura 6) se assemelha a primeira opção apresentada pela EO1, composta por uma sala e um terceiro dormitório em frente á moradia existente. Apesar de ser possível executá-la sem grandes intervenções na moradia existente, a posição das aberturas na nova sala limita a disposição da mobília e compromete sua funcionalidade.



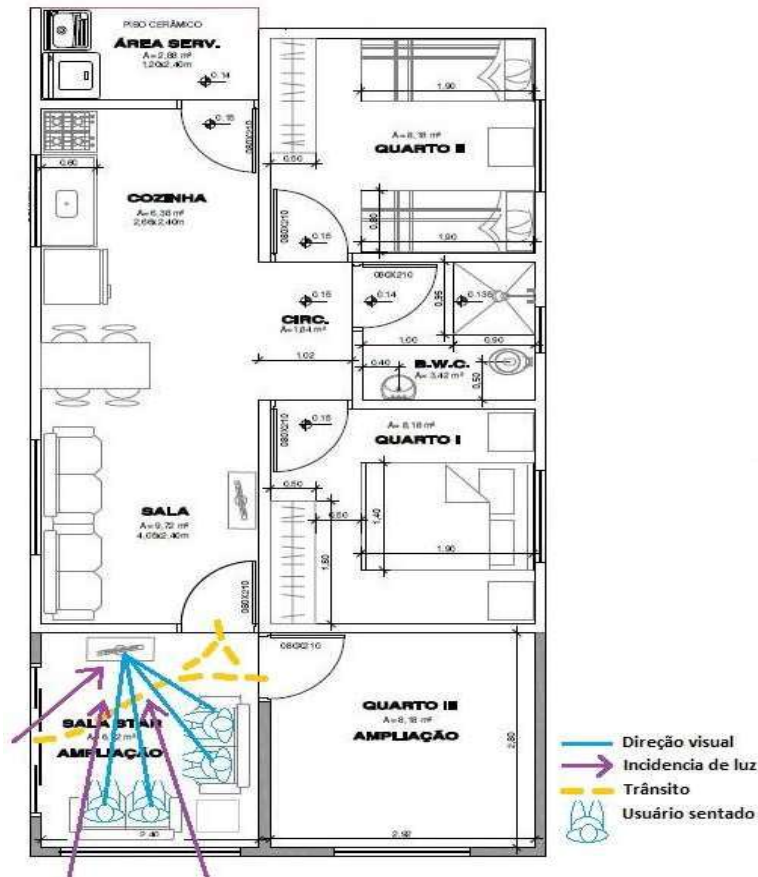


Figura 46. Propostas de ampliação elaborada pela EO2

A EO3 também apresentou duas opções de ampliação (Figura 7), propondo na primeira alternativa uma cozinha caipira com área útil de 15,92m<sup>2</sup> e acesso pela área de serviço existente, e também uma varanda em “L” contornando duas faces da sala existente, que apesar de, pelas proporções, aparentar bom tamanho, não apresenta cotas de dimensionamento. A segunda opção mantém a varanda e substitui a cozinha caipira por uma suíte com banheiro integrado e acesso pela cozinha existente, comprometendo sua já limitada funcionalidade.



Figura 47. Propostas de ampliação elaborada pela EO3

As propostas de ampliação se mostram pouco condizentes com as necessidades das famílias, ou ainda, quando condizentes, difíceis de serem concretizadas pelas características tipológicas das moradias já construídas. Além disso, as propostas apresentadas carecem de detalhamento construtivo, dificultando que os beneficiários venham futuramente, por conta própria, seguir o que está sendo proposto. Esse fato demonstra que, além do recurso limitado, o desinteresse por parte das EO também dificulta que os beneficiários tenham suas necessidades atendidas.

Os beneficiários também relataram dificuldade em realizar as ampliações caso não haja um programa do governo voltado para essa finalidade, o que exigiria a mobilização de recurso e mão de obra própria, conforme aponta também a EO3.

[...]Se você for pegar família que não tem acesso ao crédito, é difícil uma família que consegue ter uma casa acabada[...], [...] quando ela tem o recurso no campo, ela vai comprar uma vaca, vai investir no plantio, no solo, vai fazer um chiqueiro melhor. Geralmente eles vão investir o recurso na produtividade e a casa vai ficando em segundo plano (EO3).

Além da moradia propriamente dita, foram identificadas outras necessidades para a manutenção das famílias em suas atividades produtivas e para concretizar os planos que possuem para suas propriedades. Essas necessidades, de acordo com as vocações dos agricultores, são diversas e vai desde a perfuração de poço pra suprir necessidades básicas como o acesso a água, a itens simples como tela e sombrite para a produção de hortaliças, cercas para criação de gado, ou estruturas maiores como galpões, currais e até tanques para criação de peixe.

É essencial compreender o ambiente rural como um todo, onde moradia, produção, serviços, infraestrutura, terra, são elementos indissociáveis, interdependentes. Ao mesmo tempo em que se prioriza o investimento, por exemplo, em algum implemento agrícola, se compromete a produtividade ao deixar a moradia em segundo plano, pelas funções de apoio a produção que ela assume no meio rural.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Especificações Técnicas Mínimas estabelecidas pelo Ministério das Cidades demonstram uma preocupação que prioriza a qualidade dos materiais empregados nas edificações, deixando esquecida a qualidade funcional da moradia, que no meio rural reflete no modo de vida, na produtividade e na manutenção das famílias no campo.

É previsto pelo programa um mobiliário mínimo diminuto e tipicamente urbano, o que conduz à formatação de uma tipologia habitacional semelhante às implementadas nas cidades, uma vez que tudo o que é posto como mínimo pelo PNHR, em razão dos recursos limitados e desinteresse, é tido como o máximo possível pelas EO.

Apesar de o PNHR ter seu valor reconhecido e as moradias serem consideradas boas por quem viveu durante anos em barracos precários, os beneficiários ainda sentem a necessidade de elementos considerados essenciais ao seu modo de vida. Nesse sentido, o meio rural ainda carece de políticas voltadas a atender a demanda por moradia digna, mais do que um simples programa habitacional que não tem as particularidades do ambiente e do público ao qual se destina reconhecidas por quem o planeja e o implementa.

#### 5. REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edições 70, LDA. Lisboa, Portugal. 1977.
- BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. *Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling*. *Sociological Methods & Research*, vol. nº 2. 1981.

- BRASIL. *Lei Federal nº 12424 de 16 de junho de 2011. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, Brasília, 2011.*
- \_\_\_\_\_. *MINISTERIO DAS CIDADES. Portaria 366 de 07 de Junho de 2018. Regulamenta o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, para os fins que especifica. 2018.*
- BROSLER, Taísa M.; BERGAMASCO, Sonia M. P. P. *A conquista do direito à moradia no meio rural; proposta de construção de um indicador. Paranoá: caderno de arquitetura e urbanismo, n.17, 2016.*
- CARVALHO, Aline W. B. et al. *Programa Nacional de Habitação Rural e modo de morar no campo: reflexões a partir da casa rural na Zona da Mata mineira. Paranoá: caderno de arquitetura e urbanismo, n.17, 2016.*
- COLETTI, Mariana N. B. F. et al. *Adequação do projeto de habitação rural ao perfil de seus moradores em assentamentos rurais de ocupação recente. Caso da comunidade 3/MST, do Assentamento Santa Monica - Terenos/MS. XIII ENTAC. Canela, Rio Grande do Sul. 2010.*
- DINIZ, Edite L. et al. *Comunidade Negra Rural Quilombola Porto Dom João: a Habitação no Contexto do Conflito por Terra. Paranoá: caderno de arquitetura e urbanismo, n.17, 2016.*
- LOPES, João M. de A. et al. *O habitat da “não cidade” como um problema para a arquitetura e urbanismo. Paranoá: caderno de arquitetura e urbanismo, n.17, 2016.*
- MOZZATO, Anelise R.; GRZYBOVSKI, Denise. *Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.*
- PERRIN, Anaís G.; FERREIRA, Thiago L. *Casa Suindara: Formação, experimentação e construção no habitat rural. Paranoá: caderno de arquitetura e urbanismo, n.17, 2016.*
- RODRÍGUEZ, Angel S. C. *Qualidade da Habitação nos Assentamentos Rurais no PNHR/PMCMV do Estado de São Paulo. 2016. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016.*
- ROVER, Oscar J.; MUNARINI, Paulo R. *A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. Revista Katálysis 13, p. 260-269, 2010.*
- SHIMBO, Lúcia Z. *“A casa é o pivô”: mediações entre o arquiteto, o morador e a habitação rural. 2004. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.*
- SILVA, Cecília M. G. *Habitação rural: uma luta por cidadania. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.*
- THEODORO, Júlia H. et al. *Financiamento Habitacional no Campo: a sustentabilidade como problemática no desenvolvimento de edificações rurais. Caso do Distrito Federal. Paranoá: caderno de arquitetura e urbanismo, n.17. 2016*
- VINUTO, Juliana. *A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Temáticas, Campinas, 22. Campinas, São Paulo. 2014.*